

Estive Aqui e Lembrei-me de Nós

*Anna
Pacheco*

Uma História sobre Turismo,
Trabalho e Classe

**Obje-
tiva-
mente**

Teoricamente,
é uma coleção
que pensa e intervém.
Objetivamente,
também.

Índice

<i>Prefácio à edição portuguesa</i>	II
<i>Prólogo: Estive aqui e lembrei-me de mim</i>	21
1. Barcelona, <i>the City of Souvenirs</i>	31
2. O túnel da experiência	41
3. Ao ganhar a vida, estou a perdê-la	49
4. Muitos paraísos	57
5. Ser um pouco esperto	69
6. Classe média um bocadinho mais baixa	79
7. O jantar de Natal	93
8. O fim de algo	105
<i>Epílogo: Humans of Late Tourism</i>	121
<i>Agradecimentos</i>	125

— Não vamos poder ir à Grécia na Páscoa — digo-lhe. — Já reservei os voos. Quero visitar Delfos, um lugar onde nunca estive, e depois ficar uma semana em Galaxidi; tomar café e *ouzo* em esplanadas ao pé do mar.

— Não exageres.

— Não estou a exagerar.

— O que é que vão fazer, «travar» todas as viagens? Como é que isso funcionaria? Digo, se não conseguem conter o vírus, já está. Quando se dispersa já está em todo o lado, não é?

— Acho que, para que nos devolvam o dinheiro da viagem, esta teria de ser realmente cancelada, o governo teria de proibir os voos.

— Ah, bom, isso não vai acontecer. Por isso, é melhor teres calma, pode ser?

CLARE POLLARD,
Delphi

Nunca pensei que fosse gostar do deserto. Quando ali estamos, o único remédio que temos é olhar para ele.

JOY WILLIAMS,
Harrow

Prefácio à edição portuguesa

«Vivo sozinha na minha rua! Todos os meus vizinhos foram expulsos. Agora só restam AL e turistas em Alfama... Que cidade é esta?»

— A., 54 anos

«Trabalho para uma empresa gestora de AL. Faço limpezas. Apesar de a empresa faturar imenso, o trabalho que tenho é precário e mal pago, e nada do que recebo é declarado por eles. É tudo pago por fora...»

— S., 25 anos

Para alguns, é razão de orgulho Lisboa ter entrado, já há alguns anos, na corrida internacional, com outras cidades turísticas, para atrair capital. A promoção da «marca Lisboa» tornou-se um dos objetivos declarados da Câmara Municipal. Como consequência, tem-se assistido ao aumento substancial do número de turistas e à glorificação, por um segmento da sociedade, dos benefícios daí supostamente advindos: aumento do PIB, reabilitação urbana, novos postos de trabalho, entre outras «bondades» da transformação da capital

numa das cidades-chave no panorama internacional do turismo de massas (e do imobiliário de luxo).

Lisboa era uma cidade decadente e deserta, dizem alguns, que veem no turismo a panaceia para as problemáticas do desenvolvimento urbano e uma forma de criação de bem-estar económico. Mas estas pessoas conheciam realmente Lisboa?

Há uma cidade antes e uma cidade depois do *boom* turístico. A Lisboa dos bairros históricos, da população castiça, que se orgulhava de ser do Bairro Alto e não queria ser confundida com quem morava na Bica, talvez não achasse que a cidade fosse decadente e deserta, nem os seus bairros pobres e duvidosos. Estas pessoas que hoje, com garra e paixão, se deslocam da periferia para voltar para os «seus» bairros para ensaiar as marchas populares da noite de Santo António, talvez gostassem de morar ainda nas casas de Alfama, que alguns afirmam, hoje, não serem aptas para residência permanente. Na realidade, aos moradores, quando lá viviam, nunca lhes foi dada sequer a possibilidade de conquistar uma habitação digna, com condições, como se prevê no artigo 65.º da Constituição.

Os bairros em questão não são tanto uma unidade territorial ou administrativa quanto, segundo a conceção de Firmino da Costa¹, uma construção social e simbólica. Um espaço vivido, definido pelas relações sociais, pela memória coletiva e pelas práticas culturais que ali se desenvolvem. Um lugar de pertença e identidade, onde se tecem (ou teciam) laços de proximidade e solidariedade entre moradores.

¹ COSTA, António Firmino da, *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

Na sequência da promoção de Lisboa como cidade turística e da aprovação de uma série de leis que favorecem a iniciativa privada, com o Novo Regime de Arrendamento Urbano de 2012 à cabeça, vulgarmente conhecido como «lei dos despejos», assistiu-se à chegada de capital imobiliário para converter infraestruturas urbanas em alojamento turístico ou de luxo.

O Estado desempenhou um papel fundamental na captação de capital imobiliário e incentivou o seu investimento em infraestruturas para usos turísticos, mediante uma estratégia de acumulação baseada nonexo entre o turismo, a procura transnacional e os mercados imobiliários. Na prática, ao estabelecer um ambiente fiscal e regulador vantajoso, o Estado assumiu os custos do processo de reabilitação, permitindo aos promotores imobiliários o desenvolvimento desenfreado do produto mais lucrativo: alojamentos locais (AL), hotéis e casas de luxo para consumidores transnacionais.

Lisboa entrou num rebuliço de intervenções em grandes edifícios e pequenas habitações baseadas numa conceção da reabilitação enquanto embelezamento, manutenção das fachadas e reconstrução dos interiores. Aplicou-se uma nova interpretação da teoria da janela quebrada² para «requalificar» parte da cidade, com o objetivo de torná-la atrativa para o mercado imobiliário e para esse novo segmento da economia capitalista extrativa: o turismo. Para recriar um «parque de diversões» ao ar livre, tudo deveria estar em ordem e, a partir desse novo ordenamento, abriram-se novos mercados no espaço urbano da capital portuguesa. O «valor

² J. Q. Wilson e G. Kelling, «Broken windows. The police of neighborhood safety», in *Atlantic Monthly*, março de 1982, pp. 29-38.

de uso» da cidade para quem a vive e trabalha foi desarraigado em nome do «valor de troca» que o espaço deveria prever e assumir.

Sem qualquer espírito de justiça social, a discussão sobre para quem seria esta dita reabilitação (de facto renovação e fachadismo) foi deixada de lado. Levou-se a cabo um processo perverso em que os contribuintes, sem o perceberem, financiaram a sua própria expulsão e a produção de uma cidade na qual não podem viver. Sem qualquer relação com o aumento dos salários, o preço da habitação, para arrendamento ou para venda, disparou. O mesmo aconteceu ao número de casas convertidas em alojamento local, que chegou, em alguns bairros, a ultrapassar 50 % das habitações existentes. O *bullying* imobiliário foi o pão nosso de cada dia e muitos são os casos de idosos burlados que ficaram sem habitação nem poupanças. Com o tempo, o AL tornou-se uma atividade altamente profissionalizada, envolvendo grandes grupos económicos e até grupos hoteleiros, como Altis ou Montebelo Hotels & Resorts, que transformaram prédios inteiros em AL.

Os bairros centrais entraram num processo de turistificação rápido e radical. Perdeu-se o comércio de proximidade e os seus habitantes foram expulsos de forma direta e indireta, o que levou a uma diminuição drástica da população (menos 26 % e 22 % nas freguesias da Misericórdia e de Santa Maria Maior, respetivamente) e à conseqüente e dramática desagregação dos bairros na sua conceção social e simbólica.

A habitação passou a ser «o problema da habitação», enquanto o turismo se transformou na principal atividade económica do centro da cidade, através de hotéis, AL, restauração e *tuk-tuks*.

Os grandes lucros advindos da transformação de Lisboa, porém, não são repartidos pela população. Começando pela taxa municipal turística, utilizada para ampliar as infraestruturas do turismo ou para financiar atividades como a Web Summit, em vez de servir para alavancar projetos ou atividades que melhorem a qualidade de vida dos residentes. A nível laboral, importa recordar que os trabalhos no setor do turismo são, na grande maioria, subempregos mal remunerados, sazonais, não declarados e desprovidos de quaisquer direitos legais. O ordenado médio mensal dos trabalhadores do alojamento e da restauração é o mais baixo de todas as atividades económicas. Neste setor, até profissionais altamente qualificados recebem, em média, menos de 1000 euros por mês.

Os efeitos desta situação fazem-se sentir em toda a sociedade, não apenas nos setores ligados ao turismo: sabemos que há cada vez mais pessoas em situação de sem-abrigo, muitas delas empregadas, mas incapazes de pagarem por uma habitação. Mas há também falta de profissionais em setores chave, como a educação e a saúde, porque estes profissionais, incapazes de pagar as rendas, passaram a residir em zonas cada vez mais distantes, tornando as deslocações casa-trabalho-casa extremamente demoradas. A par disso, os efeitos negativos do grande número de turistas afetam, de forma transversal, todos os que residem ou frequentam a cidade diariamente: a insuficiência dos transportes públicos e os problemas de higiene e ruído são constantes e muitíssimo lesivos para a qualidade de vida de quem existe no espaço urbano.

Perante esta nova e inacessível Lisboa feita parque temático, assistiu-se ao aumento dos protestos da sociedade civil e ao reforço dos movimentos sociais urbanos em favor

do direito à habitação e à cidade. Desde 2019, reforçaram-se as concentrações e manifestações com milhares de pessoas a reclamar o direito a uma casa onde viver. É neste contexto que surge o Movimento Referendo pela Habitação (MRH), movimento social amplo constituído por habitantes de Lisboa e por pessoas que já foram expulsas da cidade por não conseguirem pagar uma casa para viver. É um grupo diverso: alguns dos seus membros já estavam nestas lutas, outros estão pela primeira vez. É também apartidário e autofinanciado. Perante a realidade de uma democracia liberal cada vez mais fechada nas instituições e que não ouve o seu povo (uma crise da democracia representativa que tem sido amplamente debatida no século XXI, tanto do ponto de vista político como académico), um grupo de cidadãos e cidadãs decidiu voltar às origens e às raízes políticas da democracia portuguesa nascida com o 25 de Abril de 1974, seguindo um caminho que pode expor as contradições das instituições estatais. Em última instância, pretende-se abrir um debate sobre o modelo de desenvolvimento da cidade. Quem vive e habita nesta cidade deve ter não apenas o direito à palavra, mas também a possibilidade de decidir e influenciar as políticas que redefinem o espaço urbano em que vive. A questão na base deste projeto político baseia-se no significado essencial do conceito de «direito à cidade» imaginado por Henri Lefebvre³: quem decide sobre a conceção do espaço? Quem decide como os seres humanos devem viver e habitar? O MRH partilha da convicção profunda de que decidir «sobre a cidade» é decidir «sobre a política» e «sobre a vida

³ LEFEBVRE, Henri, *O direito à cidade*, Letra Livre, Lisboa, 2012 [1968].

quotidiana» de todos. Trata-se de algo demasiado importante para ser sistematicamente delegado a uma classe dirigente local e nacional cada vez mais submissa às lógicas da economia neoliberal e cada vez menos representativa das aspirações e das necessidades reais dos cidadãos.

O «direito à cidade» é um conceito hoje frequentemente esvaziado da essência original. Lefebvre não idealiza um direito no sentido jurídico do termo, mas sim no de uma referência constante para definir a situação concreta da sociedade, indicar um caminho de luta, de conflito social, concreto e performativo. Trata-se, de facto, de uma reivindicação social e política. Sem uma crítica radical ao sistema capitalista, não há espaço para a sua autêntica realização. Lefebvre imagina uma teoria política da emancipação no contexto espacial, cuja força motriz colide, no entanto, com a vontade predatória das lógicas político-económicas do sistema económico. Assim, a cidade é interpretada como o lugar onde se expressam os conflitos sociais entre os detentores da riqueza e do poder e as classes subalternas. O «direito à cidade» concretiza-se essencialmente através da ação política que tem como objetivo alcançar uma autêntica democracia, inclusive na gestão e organização do espaço. Além disso, para Lefebvre, a cidade não é apenas o lugar e o produto da valorização capitalista, mas também uma oportunidade concreta de regeneração do espaço social por meio da participação ativa dos habitantes que nela vivem e circulam. Uma autêntica «revolução urbana» ocorrerá quando o espaço social for obra, projeto e criação daqueles que o vivem e o atravessam; quando houver a possibilidade de uma produção do espaço que seja livre, partilhada, plural, democrática, e não mais subordinada a interesses e lucros particulares.

Finalmente, como dizia o filósofo Walter Benjamin⁴, por vezes a História coloca-nos diante da possibilidade de retomar lutas passadas — em formas diferentes e renovadas e em novos contextos —, resgatando assim a tradição política dos oprimidos que se «levantam do chão». O MRH recupera o espírito democrático das comissões de moradores do PREC (o Processo Revolucionário em Curso nos primeiros dois anos da Revolução portuguesa), descritas por José Hipólito Santos⁵, outra referência importante no trabalho político do século XXI.

Perante a força de um capital hoje transnacional, impõe-se uma reflexão crítica que cruze as fronteiras. O livro da Anna Pacheco, *Estive aqui e lembrei-me de nós — Uma história sobre turismo, trabalho e classe*, fala-nos de forma envolvente da realidade de Barcelona e do modelo extrativista urbano que se disseminou em Espanha. A verdade é que, se fizéssemos o exercício de substituir «Barcelona» e «Espanha» por «Lisboa» e «Portugal», a descrição e a análise desenvolvidas pela autora não seriam muito diferentes. O que faz com que esta seja uma obra que se dirige a todas as pessoas que vivem e habitam Portugal, pois aborda a mesma «distopia capitalista», o mesmo «pesadelo» que o nosso país está a viver. Queremos realmente continuar a produzir cidades apenas para a indústria trituradora do turismo, cidades tornadas parques de diversões para visitantes que, em poucos dias, consomem de forma bulímica a cultura dos espaços urbanos?

⁴ Cita-se aqui o texto de Walter Benjamin sobre as teses de filosofia da história que Anna Pacheco menciona na página 84, conectando-nos diretamente a esta visão da ação humana na História.

⁵ HIPÓLITO SANTOS, José, *Sem mestres, nem chefes, o povo tomou a rua: lutas dos moradores no pós-25 de abril*, Letra Livre, Lisboa, 2015.

PREFÁCIO

Faz sentido criar uma classe trabalhadora fantasma, que vive longe, nas periferias, para operar num sistema quase escravizante ao serviço de uma cidade histórica celebrada apenas para ser vendida ao melhor licitante? Anna Pacheco ajuda-nos a refletir sobre isso.

Prólogo

Estive aqui e lembrei-me de mim

Na casa dos meus pais, mesmo ao lado de um exemplar do meu primeiro romance, há uma reprodução em miniatura do cruzeiro onde viajámos pelo Mediterrâneo. Sempre que vou a casa dos meus pais, verifico que o meu livro continua ali, ao lado do *souvenir* da Pullmantur Cruises. Durante algum tempo, perguntei-me insistentemente porque é que me chamava tanto a atenção essa disposição dos objetos, o que é que me atraía naquela natureza-morta doméstica. Há pouco tempo, a minha mãe acrescentou um novo objeto: o presente que recebeu pela sua reforma, uma figurinha mais ou menos detalhada da sua escrivadinha de trabalho. Com a seguinte inscrição: DEPOIS DE UMA VIDA INTEIRA JUNTOS DESEJAMOS-TE O MELHOR NESTA NOVA ETAPA. FELIZ REFORMA. A minha mãe trabalhou numa consultoria administrativa nesse mesmo lugar durante quarenta e sete anos. «Depois de uma vida inteira juntos» não era, naquele caso, uma hipérbole, antes uma constatação que, lida num dia não muito bom, adquiria um tom sádico. Uma vida inteira a aprender a trabalhar, literalmente, sentada naquela cadeira. A natureza-morta não durou muito. Um dia, regressei a casa e vi que a minha mãe tinha guardado a réplica da escrivadinha numa caixa

de sapatos. Não fiz perguntas. Uns meses mais tarde, e do nada, o meu pai disse, com pouco entusiasmo, que, afinal de contas, todos os objetos que povoavam a estante eram «um bom resumo da vida».

Efetivamente, pareceu-me que eram «um bom resumo da vida». Até esse impulso que nos leva a colocar a diminuta escrivânia bem visível numa estante e depois a escondê-la numa caixa de sapatos era, de facto, um bom resumo da vida. Propus-me pensar como é que estes elementos nos tinham influenciado. Fomos uma família com a possibilidade de passar uma semana de férias por ano fora de casa — algo que 30,9 % dos Catalães, por exemplo, não pode permitir-se em 2022¹, e que, na verdade, se virmos à escala global, a maior parte do mundo não faz². Refleti sobre como é que essas férias tinham configurado a nossa identidade, para dentro e, sobretudo, para fora. Ou, como Marc Augé³ identificou, as viagens como uma «visita ao futuro, viaja-se para demonstrar mais tarde que se fez a viagem, quando se mostra

¹ Estes dados aparecem refletidos no «Inquérito sobre condições de vida» do Instituto de Estatística da Catalunha (IDESCAT) de 2022. O estudo também compila outros dados, como o facto de 34,8 % dos Catalães não poder assumir despesas imprevistas de 800 euros e de 12,9 % não poder manter a sua casa a uma temperatura adequada.

² «Calcula-se que apenas 4 % da população mundial cruze fronteiras com fins turísticos. Poucos nos podemos dar ao luxo de atravessar uma fronteira por prazer. Não é um direito humano fundamental.» Fragmento de uma entrevista feita ao investigador especializado em turismo Joan Buades na revista digital *El Temps*, em 2023. O dado dos 4 % aparece compilado no estudo «The global scale, distribution and growth of aviation: implications for climate change», de Stefan Gössling, dados de 2020.

³ Marc Augé, *El viaje imposible. El turismo y sus imágenes*, Gedisa, Barcelona, 1997, tradução de Alberto Luis Bixio.

aos familiares e aos amigos». Pensemos nas típicas *T-shirts* que nos oferecem no verão: «Estive em Sevilha e lembrei-me de ti» ou «Alguém que gosta muito de mim trouxe-me esta *T-shirt* de Granada».

O simbolismo do cruzeiro em miniatura é parecido com o do meu livro. Os dois são um tipo de *souvenir*. E ambos os objetos parecem capturar a própria essência da cultura do trabalho, parecem recordar-nos: «Trabalhámos para irmos de férias», «Trabalhámos para que tu pudesses escrever». Talvez seja um mero episódio, mas nessa estante dos meus pais, a identidade-cruzeiro e a identidade-livro tinham vendido a identidade-escrivantina, embora talvez fosse tudo o reflexo da mesma moeda. «A teoria do aburguesamento da classe operária reconheceu no consumo o espaço no qual o trabalhador se separava da sua condição proletária e conseguia ser outra coisa», explica Emmanuel Rodríguez López⁴. O turista (de classe trabalhadora, de classe média) viajou tradicionalmente para se converter noutra coisa, para se esquecer do que é, ou para tentar descobrir de facto quem é, sempre com resultados precários. Para guardar a escrivantina na caixa de sapatos.

O mais inquietante das viagens é que acontece com elas o mesmo que com as obras feitas por IA, que transformam a nossa cara, por exemplo, num retrato renascentista ou que nos põem corpo de girafa: sem dúvida, quem mais se preocupa com isto somos nós. Ou, por outras palavras: ninguém poderia testemunhar a favor do turista que diz que uma viagem lhe *mudou a vida*, exceto o próprio turista, que o sente

⁴ Emmanuel Rodríguez López, *El efecto clase media. Crítica y crisis de la paz social*, Traficantes de Sueños, Madrid, 2023.

dessa forma e o comunica com um sorriso rasgado. Além disso, quando tentamos narrar uma viagem, é difícil fugir dos lugares-comuns: «Então, fomos lá e a vista era impressionante», ou «Aquele lugar era como as Ramblas», «A zona antiga era muito bonita». Ou o insofrível e colonial: «Todo esse bairro era muito europeu.» Frases cheias de boas intenções, mas que dizem muito pouco. Isto fica bem patente numa crítica na Letterboxd sobre o documentário *Les années Super 8*, dirigido por Annie Ernaux e o filho, David Ernaux-Briot, e feito a partir de fitas familiares de viagens durante os anos 70 e 80. A cruel recensão dizia o seguinte: «Uma coleção de gravações familiares e viagens a lugares como o Chile ou a Albânia de Hoxha com a voz-off da autora francesa, que nos aborrece mais do que uma tia a contar a sua viagem a Cuenca pela sétima vez.» De modo que até mesmo Ernaux corre o risco de ser uma seca quando se converte em narradora da *viagem turística*.

Deste documentário, ficou-me gravada em especial uma cena de uma viagem a Marrocos, na qual admitem que se fecharam num hotel de classe média para se afastarem dos Marroquinos, embora Annie Ernaux o expresse desta forma: «Tínhamos um estilo de vida ocidental afastado do da gente local.» Ou esta outra frase, tão subtil, a propósito de regatear os preços: «Entendemos que o dever do turista era nunca pagar o preço pedido.» Qualquer turista que se encontra num país mais pobre do que o seu fica, mais cedo ou mais tarde, sujeito a esse patético gesto de baixar um preço para conseguir poupar uns euros dessa cafetã artesanal fúchsia que lhe parece estranhamente indispensável naquele preciso momento. Depois de ter sentimentos ambivalentes quanto a este documentário, cheguei à conclusão de que é uma obra

perfeita para explicar o efeito desclassificante do turismo, por vezes violento e quase sempre ridículo.

Agarrei-me a esse pormenor do mobiliário da casa da minha família para dar início a esta crónica. Enquanto se combate com mais força o modelo turístico, a sua viabilidade ecológica e até o sentido da viagem, não conseguia tirar da cabeça estas duas perguntas: O que é que estes *souvenirs* dizem sobre nós? E quem trabalha quando estamos de férias? Com todas estas questões e objetos em mente, comecei um trabalho de campo centrado em hotéis de Barcelona. Durante cerca de sete meses, conheci as experiências e histórias de trabalhadoras e trabalhadores, e tentei averiguar que efeitos tem neles o facto de fazerem parte de uma infraestruturas que oferece recreio aos visitantes e lhes exige a eles que, mais do que trabalhadores, sejam *anfitriões* de espaços que não possuem.

Quis centrar-me em alguns hotéis de luxo ou semiluxo porque apresentam uma fricção muito interessante: a maior parte das pessoas com quem falei trabalhava em lugares onde nunca se poderia alojar com o seu salário, a não ser que, como veremos mais adiante, ganhasse uma noite por antiguidade ou, por acaso, no jantar de Natal. Numa entrevista, a escritora britânica Maggie O'Farrell explicava que em jovem trabalhou a limpar hotéis de luxo: «Embora fôssemos um exército de pessoas que fazia tudo aquilo funcionar, éramos invisíveis ante o poder que tínhamos mesmo ao lado.»⁵ Também me perguntava se o facto de trabalhar

⁵ Fragmento da entrevista do jornalista Xavier Graset à escritora Maggie O'Farrell no canal TV3. É possível vê-la «*on demand*» com o título «Maggie O'Farrell ens presenta la novella *El retrat de matrimoni*», 28 de março de 2023.

num espaço elitista representava algo como um gatilho do ressentimento de classe. Em *The tourist*, Dean MacCannell afirmava que um dos propósitos do seu ensaio era estudar turismo e revolução, na sua opinião «os dois polos da consciência moderna: por um lado, a disposição para aceitar, e até venerar, as coisas tal como são; e, por outro, o desejo de transformá-las»⁶.

Numa ocasião, assisti a uma reunião interna sobre «descarbonização do destino turístico e adaptação às alterações climáticas» na qual participavam agentes hoteleiros, líderes sindicais, representantes da Administração, ecologistas e cientistas sociais que investigavam a matéria. Uma das conclusões foi que: «[...] não há acordo sobre o que se entende por *turismo de qualidade*». Claro que os agentes hoteleiros (de hotéis de quatro ou cinco estrelas) defendiam que um maior «luxo» implicava uma maior qualidade; era uma posição que se esperava da sua parte. A responsável pelo ambiente de um hotel de cinco estrelas do Passeig de Gràcia, por exemplo, garantiu que, para ela, «o luxo não é encher um quarto de coisas nem que [os hóspedes] gastem mais dinheiro, mas sim proporcionar um tratamento personalizado», de modo que o luxo se traduz, acima de tudo, numa atitude (de carinho e esmero por parte do trabalhador). Depois, acrescentou que, como medida de sustentabilidade para o próximo ano, se propunham «abraçar» o produto local e «as tradições próprias» para não ceder «tanto» aos pedidos dos clientes internacionais. Eis a sua proposta ecológica: pequenos-almoços mediterrânicos, o tradicional pão com tomate catalão.

⁶ Dean MacCannell, *El turista. Una nueva teoría de la clase ociosa*, Melusina, Santa Cruz de Tenerife, 2017, tradução de Elizabeth Casals.

Houve na reunião quem não conseguisse deixar de associar a *qualidade* do dinheiro ou da despesa a «estadas longas», algo que me pareceu um eufemismo para falar do mesmo (Quem pode estar mais de um mês num destino turístico? Até mais de quinze dias? Até mais de sete! Quem pode prolongar as viagens de negócios para amortizar o impacto ecológico? Quem, de facto, faz viagens de negócios?). Um ativista ecológico defendeu um turismo *slow*, menos centrado no imediatismo para dar mais valor à viagem em si, ao que um agente sindical lhe perguntou, em jeito de resposta, como é que se fazia isso de um turismo *slow*, se as vidas dos pobres não eram *slow*. Esse mesmo homem, cozinheiro, admitiu desfrutar de férias em Málaga e numa cidade europeia duas vezes por ano, e dizia que não queria sentir-se mal por fazer isso: explorados a explorarem uma vez por ano, a mesma história de sempre, disse, «mas o que é que hei de fazer...? Eu também preciso de descansar».

A tensão principal consistia em perceber se o que era preciso fazer era crescer de forma sustentável (caso existisse, de facto, essa possibilidade) ou, pelo contrário, decrescer já. Outro representante sindical impugnou o título da palestra: «Descarbonizar o turismo soa a reverdecer o turismo, e devíamos ir mais longe, mudar não só o modelo de turismo, mas também o de lazer.» Ou seja, retomando o «mas o que é que hei de fazer...?» que o cozinheiro que passava o verão em Málaga tinha enunciado, seria preciso questionar como é que descansamos.

A repetição dos conceitos *luxo* e *qualidade* nessa reunião sobre o futuro do turismo (da qual eu fantasiava sair com um caderno cheio de ideias para um turismo pós-capitalista ou sobre outras formas de equacionar o descanso...)

multiplicou-me a vontade de me introduzir nesses espaços de luxo, de rastrear essa qualidade da qual tanto se falava. De me perguntar, de facto, o que é exatamente o luxo ou a qualidade.

O físico e sociólogo Marco d'Eramo, em *Il selfie del mondo*, acredita que a nossa época se pode definir como «a era do turismo», visto tratar-se da indústria mais pesada do capitalismo tardio. Isto mostra-nos até que ponto, afirma D'Eramo, «a contraposição entre o moderno e o pós-moderno é absurda porque, ao ser supérfluo, o turismo pertence por direito próprio ao pós-moderno, mas a sua materialidade de aço, carros, aviões, barcos, cimenteiras coloca-o em cheio no peso industrial do moderno»⁷.

View (2022), uma curta-metragem de Odveig Klyve, fala precisamente sobre esse peso. Em pouco mais de quatro minutos, esta obra retrata a chegada de um macrocruzeiro à cidade de Stavanger, no Sudoeste da Noruega. Não há nenhum tipo de narração, nenhuma linha de diálogo: apenas várias câmaras fixas de diferentes ângulos da cidade para mostrar como a mera presença do barco muda completamente a atmosfera do lugar. As ruas ficam bloqueadas e escurecem a ponto de parecer que o cruzeiro vai engolir as casas, totalmente minimizadas na presença do traste. A escritora e realizadora Klyve disse numa entrevista que os cruzeiros geravam na sua cidade uma sensação de «claustrofobia»⁸. Também recordou o início, quando os seus vizinhos estavam entusiasmados ante

⁷ Marco d'Eramo, *El selfie del mundo*, Anagrama, Barcelona, 2020, tradução de Xavier González Rovira.

⁸ Entrevista a Odveig Klyve em *The New Yorker*. É possível encontrá-la com o título «*When a cruise ship is as big as its port*», 26 de janeiro de 2022.

o impulso económico que supostamente trariam à zona e alguns até penduravam cartazes de boas-vindas aos visitantes.

Em suma, propus-me refletir com vários trabalhadores de hotéis de Barcelona sobre o turismo em si e tudo aquilo que o rodeia. Fui a reuniões de comissões ou de equipa, a eventos de empresa, e utilizei espaçosos *halls* em jeito de escritório. Em alguns casos, infiltrei-me com a cumplicidade de várias trabalhadoras e trabalhadores. Por vezes, limitava-me a ficar ali e pedia a bebida mais barata da ementa. Descobri que se podia trabalhar muitas horas em hotéis sem que ninguém nos dissesse nada (embora desconfie de que beneficiei do meu privilégio branco e cisonormativo...). As coisas aconteceram mais ou menos assim, embora me tenha desviado várias vezes do caminho.

Na minha cabeça continuavam: o *souvenir* do cruzeiro, o meu primeiro romance, a escrivanhinha da minha mãe, a caixa de sapatos. E suponho que, sob este texto, a impertinente pergunta: e tu, o que é que vais fazer nas próximas férias?

Um ensaio brilhante sobre o trabalho,
o turismo e o direito ao descanso
num futuro pós-capitalista.

O turismo mudou a face das nossas cidades e foi um verdadeiro motor económico para vários países nos últimos anos. No entanto, teve efeitos indesejados e, hoje, o modelo de negócio promovido e praticado por este setor é obviamente insustentável. Neste livro, a jornalista Anna Pacheco explora as contradições entre o luxo que os hotéis de cinco estrelas vendem aos seus clientes e a realidade social, económica e laboral de quem neles trabalha.


Um misto de trabalho de campo antropológico, crónica e ensaio, *Estive aqui e lembrei-me de nós* é uma radiografia brilhante da relação entre turismo de luxo, exploração laboral e os sonhos da classe média sob a égide do capitalismo selvagem.


Objetivamente é uma coleção da Objectiva.



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

 editoraobjectiva

 penguinlivros

ISBN: 978-989-583-561-4



9 789895 835614